

Crimes de Israel na Cisjordânia

ALERTA VERMELHO | N° 19

Oslo II e os Territórios Palestinos Ocupados

Em setembro de 1995, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o governo israelense assinaram o Acordo Interino Israelense-Palestino sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (Oslo II), que deu início a um processo visando a criação de um Estado palestino adjacente a Israel em partes do Território Palestino Ocupado (TPO). Os TPO representam apenas 22% da Palestina histórica (definida como o território que estava sob o Mandato Britânico). Em outras palavras, os palestinos receberam menos de um quarto de suas terras históricas e, mesmo sobre essas terras, têm pouca ou nenhuma autoridade. Após o acordo interino, a Cisjordânia foi dividida em três áreas:

1. Área A, que está tecnicamente sob total controle civil e de segurança palestino por meio da Autoridade Palestina, constitui aproximadamente 18% da Cisjordânia, ou 3,96% da Palestina histórica.
2. Área B, sob controle civil palestino por meio da Autoridade Palestina, mas efetivamente com controle de segurança israelense, representa cerca de 22% da Cisjordânia, ou 4,62% da Palestina histórica.

3. Área C, totalmente controlada por Israel, compreende mais de 60% da Cisjordânia, ou 13,42% da Palestina histórica.

Assim, de acordo com a lógica de Oslo II – e após a anexação de Jerusalém Oriental e a ocupação de Gaza – Israel controla 97% da Palestina histórica.

Sufocando os palestinos na Cisjordânia

As operações de Israel na Cisjordânia foram planejadas para tornar a vida insuportável para os palestinos. Os controles e restrições de [movimento](#) tornaram praticamente impossível para os palestinos educarem seus jovens e empregarem seus adultos. Antes de outubro de 2023, Israel operava [590 bloqueios](#) de estradas e postos de controle na Cisjordânia, número que [aumentou](#) para quase 900 desde então, resultando na paralisação quase completa das atividades humanas básicas. Tornou-se impossível para os palestinos acessarem água e terra para a produção agrícola, bem como a água potável necessária para uma vida digna. A [criminalização](#) da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) por Israel interrompeu severamente suas operações, impedindo que refugiados palestinos (aproximadamente um [quarto](#) dos palestinos que vivem na Cisjordânia) tenham acesso a serviços básicos de educação, saúde e emprego.

Deslocamento e confisco

Israel está realizando uma limpeza étnica na Cisjordânia, utilizando táticas como tiroteios, pogroms, violência sexual e destruição de casas e fazendas para expulsar pessoas de suas terras ainda mais rapidamente. Desde o início da Operação Muro de Ferro, em janeiro de 2025, o exército israelense deslocou à força

8.255 famílias palestinas de suas casas nos campos de refugiados de Jenin (3.840 famílias deslocadas), Nur Shams (1.910 famílias deslocadas) e Tulkarm (2.505 famílias deslocadas). Essas famílias são descendentes diretas dos refugiados palestinos que foram vítimas de limpeza étnica durante a Nakba de 1948, e tiveram seu direito de retorno negado desde então. Além desses campos de refugiados, as forças de ocupação de Israel — que incluem tanto o exército israelense formal quanto colonos israelenses armados — [expulsaram](#) 28 comunidades palestinas de suas terras entre janeiro de 2022 e setembro de 2023 e destruíram mais de 3.500 estruturas, incluindo casas, estábulos e cisternas de água na Cisjordânia, entre outubro de 2023 e abril de 2025.

Morte, prisão e tortura

Desde outubro de 2023, as forças de ocupação israelenses [mataram](#) aproximadamente 900 palestinos na Cisjordânia, incluindo pelo menos 190 crianças, e feriram outras 8.400. Esses números são provavelmente maiores devido à falta de organizações humanitárias para documentar adequadamente a violência perpetrada por Israel em uma área cujas instituições foram profundamente impactadas pelo genocídio e pela ocupação em curso. Desde o final de 2023, as forças de ocupação israelenses prenderam 15 mil palestinos, muitos sob a categoria de “detenção administrativa”, que não exige acusação formal (esses números provavelmente estão deflacionados devido às severas restrições à representação legal). Desde 7 de outubro de 2023, houve mais de 65 casos documentados de palestinos assassinados em prisões, centros de detenção e campos de concentração israelenses. A violência sexual é rotineira nesses locais.

O Centro Bisan para Pesquisa e Desenvolvimento, a Assembleia Internacional dos Povos e o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social apelam a intelectuais, grupos da sociedade civil e organizações políticas e sociais para que prestem especial atenção aos acontecimentos não apenas em Gaza, mas também em outras partes dos Territórios Palestinos Ocupados (TPO). O genocídio e os crimes contra a humanidade em curso não podem ser ignorados ou seguir impunes.

